

www.carlosperinfilho.net

CPF nº 111.763.588-04

Decisões privadas regionais e consequências públicas globais

Ano novo, vida nova...

As mídias apresentam qual humano ser nasceu primeiro nesta ou naquela região do planeta Terra, entre retrospectivas com notícias boas e não tão boas nesta ou naquela parte da crosta terrestre. Expectativas de longevidade são abordadas em diferentes contextos econômicos, culturais e sociais, evidenciando diferenças enormes em uma mesma espécie de mamíferos, dotados que somos de alguma racionalidade.

Entre as notícias não tão boas temos ataques terroristas eventualmente tentados ou consumados, bem como o investimento que é feito pelos respectivos grupos terroristas no treinamento de cada novo membro e as barreiras de segurança concretas ou virtuais para detenção da ação.

Seria possível uma "Educação para Cidadania"?

IGNACIO SOCIAS, fundados do *The Family Watch* e diretor de Relações Institucionais da *International Federation for Family Development*, em entrevista a Renata Cafardo (jornal "[O Estado de S. Paulo](#)", de 12NOV2017, p. A-17) destaca algo cultural (*dever ser*) muito importante para a vida em comum, tanto nas

Repúblicas quanto nos Impérios [que eventualmente (des)contam com as 'famílias reais']. Da entrevista destaco a seguinte pergunta e resposta:

"Vocês defendem que a sociedade e os governos precisam apoiar as famílias. De que maneira?"

Toda a política pública precisa respeitar decisões individuais, mas tem de considerá-las na hora de distribuir riqueza. Se um casal decide não ter filhos, não contribuir com mais cidadãos para a sociedade, é livre para isso. Mas se tem outro casal que decide ter filhos, dedicar tempo, dinheiro e esforço para seus filhos, ele não está fazendo algo só para ele mesmo. Está contribuindo para dar à sociedade um bem público, que são os seus cidadãos. Esses filhos, se estiverem bem educados, se tornarão bons profissionais, bons pagadores de impostos, pessoas que respeitam as leis. São decisões privadas, mas que têm consequências públicas, todos pagamos por isso. E, portanto, o Estado precisa redistribuir essa riqueza de forma adequada. Em muitos países isso acontece por meio de licenças-maternidade, paternidade, benefícios fiscais. Há até uma região na Áustria que oferece um curso a avós e, ao terminare, eles podem cobrar dos filhos o tempo que dedicam aos netos. Mas esse dinheiro pode ser deduzido no imposto de renda. Então, no final, é o Estado que destribui, é um reconhecimento dessa tarefa que os avós já fazem."

'Comprar cidadania' pode parecer estranho, bem como comparar este ou aquele Cidadão a um *bem público*... É um investimento social muito importante não apenas para este ou aquele Estado Soberano, como também para as próprias famílias. Vale lembrar que existem muitas pessoas com múltiplas cidadanias, como nós descententes de italianos que vivemos no Brasil ou em outras partes do planeta Terra. Nestes casos a importância é potencialmente multiplicada em função das possíveis repercussões internacionais de fato e de Direito.

Naquele contexto, a obra *Cidadania e Nacionalidade* (**) organizada por Arno Dal Ri Júnior (Università Luigi Bocconi) e Odete Maria de Olivera (UFSC) oferece três eixos de abordagem do fenômeno:

Eixo I: A Cidadania e a Nacionalidade em Ordenamentos Jurídicos Nacionais.

Eixo II: A Cidadania e a Nacionalidade e o Confronto do Regionalismo.

Eixo III: A Cidadania e a Nacionalidade e o Confronto da Globalização.

Em paralelo ao investimento social acima descrito e da abordagem teórica oferecida, a situação de fato e de Direito dos aproximadamente um milhão e quatrocentos mil brasileiros e brasileiras que vivem nos Estados Unidos da América(*) merece consideração especial do Itamarati frente a política restritiva implementada pelo presidente Trump, pois a retomada da economia brasileira nos próximos anos pode significar para uma parcela daquelas pessoas uma nova oportunidade para viver e exercer cidadania no continente chamado Brasil, bem como atrair empresas daquela soberania a investir por aqui (Boeing, por exemplo, em eventual *joint venture* com a Embraer).

Carlos Perin Filho

(*) Conf. "Brasileiros recorrem a casamento falso para ficar nos EUA", por Estelita Hass Carazzai, jornal "[Folha de S. Paulo](#)" de 24DEZ2017, p. A-11.

(**) O obra citada, organizada por Arno Dal Ri Júnior e Odete Maria de Olivera foi editada pela [UNIJUI](#) sob ISBN 85-7429-257-5 dentro da Coleção *Direito, Política e Cidadania*.

A Teoria dos Jogos (p. ex. ISBN 978-85-352-3539-5) é outra abordagem teórica e prática possível no instrumental pedagógico da Educação para Cidadania, com o círculo virtuoso do 'ganha ganha' público e privado.

[www.carlosperinfilho.net/2018/03012018.pdf]